

# **A COLETA SELETIVA COMO REVELADORA DE UMA FALTA DE CONSCIÊNCIA AMBIENTAL**

Prof. Ms. Fábio de Oliveira Neves

Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Endereço: Rua do Couto, 29, bloco I, apto 518, Penha, Rio de Janeiro – RJ, Brasil,  
CEP: 21020-410  
e-mail: foneves@gmail.com

## **INTRODUÇÃO**

O filósofo Emílio Maciel Eigenheer (2003) investigou o significado do termo lixo em diversas línguas e descobriu analogias no campo semântico que davam idéia de repulsa e afastamento. No francês, utiliza-se “*déchet*”, que vem do verbo “*déchoir*”, “cair” em português. No alemão, o termo é “*Abfall*”, correspondente ao verbo “*abfallen*”, que também significa cair. No inglês, o substantivo “*refuse*” pode ter sido baseado no francês “*refusé*”, ou seja, aquilo que é recusado. Em português, o lixo sempre foi concebido como aquilo que é varrido e jogado fora. Além disso, o autor enfatiza a ligação do termo lixo com a palavra imundice (porcaria, sujeira, sujeira, impureza), presente em dicionários dos séculos XIX e XX (2003: 90–95). A investigação do campo semântico dos termos equivalentes à palavra lixo nos demonstra o tipo de relação material e simbólica que historicamente a sociedade ocidental tem com seus resíduos. Enfim, o lixo seria aquilo que devemos manter longe, que não possui valor, nem utilidade.

Este trabalho recusa conceber o lixo como um simples problema ambiental a ser eliminado e o incorpora como um problema social pleno de significados. O propósito é pensá-lo como um elemento significativo para compreender questões que envolvem a relação homem-meio, pois ele é um símbolo de degradação não apenas do espaço físico, mas também social. Nesta perspectiva, deve ser destacada a ligação direta entre a degradação do ambiente e a qualidade de vida. Hoje, já se clama pelos direitos ambientais do cidadão: o direito a uma apropriação mais eqüitativa dos recursos naturais, o direito à salubridade do ambiente, à segurança da base física que o cidadão utiliza para as suas atividades cotidianas

(que compõem o espaço geográfico<sup>1</sup>). Mas, ao mesmo tempo, se enfatiza a responsabilidade do cidadão, das ações individuais, para com a sociedade que deseja um ambiente salubre.

A questão que investigamos é a suposta mudança da concepção do lixo pela sociedade em prol de uma melhoria da qualidade de vida nos espaços urbanos. A carência de locais para disposição dos resíduos e o aumento na sua produção são problemas que afetam o espaço urbano no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Dos 91 municípios que o estado contém, 65 convivem com lixões, o que demanda soluções alternativas ao simples despejo do lixo no solo. Neste sentido, como a sociedade tem apoiado e participado de projetos como a coleta seletiva no estado?

Neste trabalho buscamos investigar o lixo como um elemento representativo da busca da cidadania ambiental, através da incorporação do princípio da co-responsabilidade nas ações do cidadão. Princípio que faz parte da esfera comportamental, na qual o cidadão reconhece a existência do outro e pensa sobre as conseqüências de suas ações individuais para os demais cidadãos, ou seja, pensa no seu dever. Observamos, portanto, dados referentes ao apoio e à iniciativa da população para projetos de reciclagem dos resíduos sólidos nos municípios que compõem o estado do Rio de Janeiro, como uma importante mudança e conscientização em direção a uma gestão mais adequada do lixo. Deve ser ressaltado que consideramos somente o meio urbano para realizar o estudo, já que os serviços e a gestão do lixo estão quase totalmente restritos a estes espaços.

Os resultados indicaram a tímida participação e apoio da população aos projetos de coleta seletiva. Estes são realizados majoritariamente pelas prefeituras e demonstram uma “inércia” da população e de organizações da sociedade civil diante dos problemas do lixo nas cidades. Faltam, na realidade, ações que comprovem a tão propalada consciência ambiental, ou seja, a dimensão do dever do cidadão.

---

<sup>1</sup> Referimos-nos ao conceito de espaço geográfico composto pela integração entre o substrato material - a concretude sobre a qual vive o homem - e as relações sociais.

## **1. Os resíduos sólidos: um problema urbano permanente e uma questão para a cidadania.**

Os problemas decorrentes da produção dos resíduos sólidos se destacam há milênios, como investigou Emílio M. Eigenheer no livro intitulado *Vanitas e Morte* (2003) <sup>2</sup>. Algumas questões, que já apareciam na Antigüidade e na Idade Média, persistem até hoje: é o caso da insalubridade das ruas nas cidades. Enquanto no campo, as soluções para o destino dos resíduos eram mais simples, como a reutilização para adubar plantas ou para alimentar os animais. Nas cidades, o destino dos resíduos torna-se um grave problema, não só pelo aumento da produção e da diversificação do lixo, mas também pela escassez de espaços adequados para a disposição.

O lado dramático da questão do lixo fica mais evidente em situações calamitosas que, se já apareciam no passado, tornam-se ainda mais freqüentes no presente, com o aumento do consumo e da produção dos dejetos. A ineficácia dos atuais modelos de gestão dos resíduos contribui para essas situações. Hoje, não basta lançar os resíduos fora das cidades. As soluções técnicas do passado não são mais adequadas ao presente.

Segundo Berríos (2002), para o indivíduo, o problema do lixo acaba no momento em que este é disposto fora da residência. Assim, não devem ser muitos aqueles que perguntam: para onde vão os resíduos sólidos, qual o volume que ocupam, aonde são dispostos, quais impactos provocam nos sistemas ambientais, quais as potencialidades do seu reaproveitamento e qual é a sua durabilidade. Porém, essa perspectiva vem se alterando, na medida em que os problemas relacionados ao lixo tornam-se cada vez mais visíveis pela população. É na emergência das situações calamitosas ou situações limites que o cidadão “adquire algum grau de consciência da relevância da coleta pública do lixo e da quantidade dos resíduos produzidos diariamente” (2002: 11).

Hoje, para pensar a questão do lixo é essencial subverter a significação original do termo, que está ligada à idéia de repulsa e de afastamento. Faz-se

---

<sup>2</sup> EIGENHEER, Emílio M. *Lixo, Vanitas e Morte*. Niterói: EdUFF, 2003, 196 p.

necessário percebê-lo como um elemento importante na compreensão da relação do homem com o espaço.

O que podemos chamar de lixo? Na tentativa de definir o que são os resíduos sólidos é preciso, primeiramente, separar os resíduos sólidos – o lixo propriamente dito – dos outros tipos de resíduos, inclusive dos líquidos e pastosos que compõe o conjunto de *dejetos*, termo bastante usado até o final do século XIX (EIGENHEER, 2003).

Uma definição adequada é apresentada por BOND e STRAUB (*apud* OGATA, 1983), compreendendo como lixo todo material sólido putrescível, combustível, não combustível, rejeitado pelas atividades industrial, comercial, agrícola e da comunidade; excluindo-se os materiais sólidos dissolvidos no esgoto doméstico ou em resíduos industriais aquosos.

Outro autor, Gouhier (2003), indica duas noções gerais ligadas à idéia de “*déchet*” (termo em francês equivalente a lixo), que são: “*l’ordure*” e “*le rebut*”. *L’ordure* indica a impureza, a imundice (aquilo que não é próprio ao mundo), o odor, o desgosto, o que causa repugnância, é o verdadeiro lixo, o que resta quando tudo já foi recuperado. Enquanto, *le rebut* é o rebotalho, é o falso lixo ou pseudo-lixo, é um bem no qual o valor potencial não está exprimido dentro de um sistema de valores.

*“Le concept de déchet et de rejet recouvre, dans les sociétés évoluées, c’est-à-dire techniquement complexes et économiquement puissantes, deux notions composantes essentielles:*

*Celle de déchet réel, total et absolu: c’est le résidu, sans valeur économique ou sociale positive exprimable dans un système technique et éthique déterminé. Celle de déchet partiel et relatif: c’est le rebut porteur d’une valeur potentielle exprimable sans transformation importante de ce système de production et d’évaluation”<sup>3</sup> (2003: 29).*

---

<sup>3</sup> O conceito de lixo e de rejeito recupera, nas sociedades evoluídas, isto é, tecnicamente complexas e economicamente fortes, duas noções componentes essenciais:

- aquela do lixo real, total e absoluto: é o resíduo, sem valor econômico ou social positivo exprimível num sistema técnico e ético determinado.

Enfim, de acordo com essa concepção, a desclassificação de um material está ligada a um sistema de valores que varia no espaço e no tempo (GOUHIER, 2003). O que é aproveitável no lixo varia de um lugar para o outro, dependendo de fatores como: tecnologia para o reaproveitamento de materiais, possibilidades de reutilização para a fabricação de produtos artesanais, utilização como ração para animais (para o lixo orgânico), entre outros tipos de valorizações possíveis.

Assim, em busca de uma definição mínima de lixo para os propósitos do trabalho podemos indicar que o lixo é uma massa de objetos ou parte de objetos sólidos, variados, poliformes, de diferentes volumes, sem valor funcional ou simbólico. Interessa-nos não só a parte do lixo que necessita ser descartada e isolada, o chamado lixo real, como também os elementos que compõem a massa de resíduos sólidos e são reutilizáveis. Do lixo real – totalmente inaproveitável - é possível pensar em tecnologias para sua melhor disposição e o seu isolamento com relação às habitações humanas, atividades econômicas e contatos com animais, ou até sua eliminação (por métodos como a incineração). Do pseudo-lixo é necessário buscar alternativas para o seu reaproveitamento separando-o do lixo real e evitando sua disposição direta no solo.

Gouhier (2003: 28) resume da seguinte maneira suas considerações sobre o lixo:

*“Le déchet n’est pas seulement un matériau, c’est un signe, un indicateur d’attitudes générales et des comportements précis dont la révélation enrichit la connaissance des groupes sociaux et des sociétés;*

*La notion de déchet est relative à un système de classement et de déclassement dont la dynamique est variable et modifiable; Le rejet n’est pas sans valeur: le rien n’est pas le néant et le vide n’est pas sans énergie. Le rejet est un indicateur des hiérarchies spatiales, des formes*

- 
- Aquela do lixo parcial e relativo: é o rebotalho portador de um valor potencial exprimível sem transformação importante desse sistema de produção ou de avaliação.

*d'appropriation des valeurs et des forces de partage des espaces économique, sociaux, voire politiques*<sup>4</sup>.

A questão do lixo e suas possíveis soluções demandam não só a ação do poder público, como também a mudança da relação da sociedade com os resíduos produzidos. O lixo deve ser considerado como um problema do cotidiano social, que diz respeito a todos, pois está fundamentalmente ligado a um padrão de consumo. Ao incorporar a preocupação com o lixo após sua saída das residências, o cidadão expressa sua preocupação ecológica. Ele se aceita como integrante de uma sociedade que necessita alterar seus comportamentos para resolução do problema do lixo, principalmente urbano.

O lixo pode ser um objeto de reconhecimento da importância do indivíduo dentro da sociedade, na medida em que este contribui individualmente para parte do problema da grande massa de resíduos. Pensar em mudança comportamental para a resolução deste problema torna-se um sinal de reconhecimento da pertença do indivíduo à sociedade. Esforços individuais, como a separação do lixo para a coleta seletiva, fortalecem diretamente a atitude cívica, pois são criados compromissos diante do todo social. Assim, se fortalece a idéia de cooperação e de responsabilidade para resolução do problema social chamado de lixo.

Desse modo, chegamos à reflexão principal do trabalho que nos remete à importância do lixo como questão e aos seus desdobramentos relacionados à ação cívica. Primeiro, por ser um direito do cidadão a ser reivindicado junto ao poder público. Segundo, por ser um objeto sintomático da relação do homem com o meio e dos deveres que o cidadão tem para com a sociedade.

---

<sup>4</sup> “O lixo não é somente um material, é um símbolo, um indicador de atitudes gerais e de comportamentos exatos cuja revelação enriquece o conhecimento dos grupos sociais e das sociedades:

A noção de lixo é relativa a um sistema de classificação e de desclassificação cuja dinâmica é variável e modificável.

O rejeito não é sem valor: alguma coisa não é o nada e o vácuo não é sem energia. O rejeito é um indicador de hierarquias espaciais, das formas de apropriação dos valores e das forças de partilha dos espaços econômicos, sociais, mesmo políticos.

No estado do Rio de Janeiro (Figura 1) a questão do lixo revela grandes problemas. Dados da Comissão de Meio Ambiente da ALERJ indicam que, dos 92 municípios do estado, 65 mantêm seus lixões funcionando sem licenciamento ambiental e completamente à margem da lei (THUSWOHL, 2006). Estabelecemos como objetivo do trabalho verificar até que ponto vem sendo alterada a antiga concepção do lixo, marcada por afastamento e repulsa, através de uma atitude de apoio e participação para a afirmação do serviço de coleta seletiva para a reciclagem como um avanço no tratamento do lixo urbano no estado do Rio de Janeiro.



Figura 1: Mapa de localização do estado do Rio de Janeiro

### *1.1. Cidadania ambiental: uma nova noção para um novo momento.*

O termo cidadania ambiental surge como uma consequência da ação dos movimentos ecológicos e da discussão dos temas ambientais nos espaços públicos. A influência do pensamento ecológico na concepção de cidadania surgiu de um conjunto de idéias e ações diversas provenientes de uma pluralidade de atores sociais. Estes estabeleceram suas demandas e interesses nos espaços públicos, que foram palcos para a disseminação dos valores ecológicos (a preservação da natureza, a contenção da degradação ambiental e a atribuição de

responsabilidades ambientais aos agentes sociais). Assim, nas últimas décadas, cresceram as demandas pela criação de leis ambientais e a busca por direitos ambientais do cidadão, o que deu origem à idéia de cidadania ambiental, que reflete a exigência de um ambiente salubre e seguro que possibilite uma melhor qualidade de vida.

Através da análise de autores como Silva-Sánchez (2000), Waldman (2003) e Ribeiro (2003), alcançamos algumas propostas que a noção de cidadania ambiental implica:

- O reconhecimento de gerações futuras, da sociedade que está por vir;
- Os direitos ambientais devem transcender as fronteiras nacionais;
- A incorporação de direitos “difusos” relativos ao meio ambiente;
- E a compreensão de que a sociedade vem antes do indivíduo, que não pode ser reconhecido isoladamente.

Essas premissas representam novidades para as discussões sobre cidadania? Enfim, o que a cidadania ambiental traz de inédito?

Ao pensar em gerações futuras e direitos que todos temos, independentes de classe social, reconhecemos a sociedade como um todo. Assim, a cidadania ambiental aponta para o reforço da coesão social. O que nos demonstra que nem todos os valores trazidos pela *cidadania ambiental* são inéditos. Faz parte de um antigo debate iniciado pelos revolucionários franceses entre 1789 e 1793 apresentado por Schnapper (2000).

De um lado estão os jusnaturalistas, baseados na teoria de John Locke, que apostam na emancipação e autonomia do indivíduo. Para eles, os direitos do homem existem antes mesmo da vida social, os direitos do cidadão são derivados dos direitos do homem enquanto espécie. Os deveres não têm a necessidade de serem proclamados, eles se deduzem da reciprocidade dos direitos dos indivíduos. São os indivíduos que adotam a máxima do “meu direito acaba quando começa o direito do outro”. Em oposição, estão aqueles que se baseiam no primado do coletivo e objetivam o fortalecimento das normas e da coesão sociais. Tendo como suporte o pensamento rousseauiano, afirmam que os direitos do cidadão fundam os direitos do homem e que o homem não existe fora da sociedade que lhe confere



direitos. Os direitos naturais são consequência dos direitos civis, nascendo da participação do homem em sociedade.

As correntes ecológicas a favor de uma *cidadania ambiental* detêm princípios que fazem parte desse último discurso. Defendem o reforço dos laços sociais diante da ameaça do individualismo excessivo. Contrariamente aos individualistas, nesta corrente é indispensável a afirmação dos deveres dos indivíduos em relação à coletividade, o que está de acordo com um dos princípios da cidadania ambiental: o ideal de co-responsabilidade.

A importância do princípio da co-responsabilidade na noção de cidadania é afirmada por Hartley Dean (2001), quando este investiga a influência do pensamento ecológico na concepção de cidadania. O “ponto focal da cidadania” está entre a suavização ou redução da carência de recursos e a manutenção da solidariedade, o que requer uma ética que combine justiça social com sustentabilidade ecológica. “Responsability is by nature cooperative and negotiated, not an inherent obligation or a priori doctrine<sup>5</sup>” (2001: 501). Para a efetivação do princípio de co-responsabilidade, entretanto, é indispensável a afirmação dos deveres do cidadão.

Podemos concluir a discussão sobre os valores da cidadania enfatizando a idéia principal de interdependência do homem entre si e com relação à própria natureza, já que, conforme Dean (2001: 502), “the citizen must first be understood not as an abstract individual or “equal rights holder”, but as a “self-in-relationship<sup>6</sup>”.

Faz-se necessário, após a conclusão dessa reflexão sobre o quadro conceitual da problemática do lixo, remete-nos à realidade, ao empírico. A tarefa que se segue é atentar para as ações da sociedade civil de apoio e participação, através da coleta seletiva, para o estabelecimento da reciclagem de materiais, como uma alternativa aos problemas da disposição da grande massa de resíduos sólidos e como símbolo da aceitação da responsabilidade de cada indivíduo para a situação

---

<sup>5</sup> A responsabilidade é por natureza cooperativa e negociada, não uma obrigação inerente ou uma doutrina a princípio.

<sup>6</sup> O cidadão deve primeiramente ser compreendido não como um indivíduo abstrato ou como detentor de direitos iguais, mas como um ser relacional.

do lixo. Isto nos remete à incorporação da retórica do ecologismo: “pense globalmente, aja localmente”.

## **2. Os resíduos sólidos como problema nos municípios do Rio de Janeiro.**

Utilizamos como base de dados a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2002). Utilizamos somente a contagem da população urbana do Censo Demográfico do IBGE de 2000 (IBGE, 2001) para nossos cálculos devido à quase ausência de serviços de coleta de lixo em áreas rurais.

Partindo do fundamento teórico da cidadania ambiental investigamos, como sintoma da incorporação do princípio da co-responsabilidade, o apoio da sociedade para a prática de coleta seletiva. Esta depende da participação da população, que deve separar o lixo em casa para que seja feita a coleta. Se realizado, significa uma aceitação da responsabilidade individual perante toda a população. Analisamos se existe o apoio explícito à coleta seletiva e se os projetos de coleta seletiva tiveram origem na própria sociedade civil. Foram selecionadas as seguintes tabelas da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (IBGE, 2002):

- Variáveis relacionadas aos municípios com coleta seletiva: quantidade de lixo coletado por dia; participação da população, existência de má aceitação pela comunidade e instituição responsável pela iniciativa do projeto<sup>7</sup>;
- Variáveis referentes aos municípios sem coleta seletiva: existência de projeto de implantação e instituição responsável pela iniciativa do projeto;

### Dados referentes aos municípios com coleta seletiva

Foram considerados: a quantidade de lixo (por tonelagem) coletado por dia; o grau de participação da população de acordo com as prefeituras e instituições responsáveis pelos serviços relacionados ao lixo (boa, com resistência ou regular); se houve má aceitação da população quando implantado o serviço, segundo declarado pelas prefeituras (sim ou não); e de que instituição foi a iniciativa do

---

<sup>7</sup> A variável “número estimado de pessoas participantes” não foi selecionado devido a incerteza dos dados declarados pelas prefeituras (exemplo: um percentual poderia variar de 4% a 36% dos habitantes), o que dificultaria conclusões.

projeto de coleta seletiva (organizações não-governamentais, associações, igrejas, da iniciativa privada, da própria prefeitura ou de outras).

#### Dados referentes aos municípios sem coleta seletiva

Consideramos a existência do projeto de implantação da coleta seletiva no município e, em caso positivo, de qual instituição foi a iniciativa do projeto (organizações não-governamentais, associações, igrejas, da iniciativa privada, da própria prefeitura ou de outras).

Com este conjunto de dados buscamos verificar a aceitação e o comportamento relativo a processos como a coleta seletiva que impõe a necessidade da aceitação e participação do cidadão e reforça o sentimento de pertencimento à comunidade política. Os dados fizeram parte do esforço de compreensão da mudança da concepção do lixo por grande parte da sociedade e se também significa uma maior mobilização dos grupos organizados da sociedade.

O serviço de coleta seletiva depende da aceitação e da participação da sociedade, pois para ser eficiente e economicamente viável é essencial que seja cumprida corretamente a etapa da separação do lixo nas residências. Depois de separado na origem é que o poder público poderá atuar com a coleta seletiva. A triagem dos resíduos na fonte de sua produção é um modo de agir na esfera individual (BRETEL-DELEUZE, 2003). Está, portanto, de acordo com a idéia da ligação entre a escala local e a escala global, significa que há uma aceitação das conseqüências das ações individuais em escalas maiores. E praticando a triagem anterior ao serviço de coleta seletiva, o indivíduo participa de uma dinâmica coletiva de aceitação, integração e pertencimento a sua comunidade política, tornando-a um ato de fortalecimento da cidadania ambiental, já que são reforçados a coesão social e o princípio da co-responsabilidade.

É no contexto do crescimento acelerado da produção das grandes quantidades de dejetos, que a triagem do lixo, nas usinas, e a triagem na fonte produtora (nas indústrias, no comércio e, principalmente, nos domicílios, etc.) acompanhado da coleta seletiva ganham importância.

A atividade de triagem do lixo pelos atores sociais demanda, por sua vez, o oferecimento da coleta seletiva, para que o esforço individual seja aproveitado e

para que o processo de reciclagem e aproveitamento do material, anteriormente sem valor algum, possa ser realizado com baixo custo.

No Brasil, a coleta seletiva de forma sistemática e organizada teve início em 1985 no município de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, como uma iniciativa isolada através da ação de moradores coordenados por um grupo que tem como líder o filósofo e professor da Universidade Federal Fluminense Emílio Eigenheer. Porém, a coleta do lixo tradicional, sem a separação dos materiais aproveitáveis ainda é dominante nas cidades brasileiras (BERRÍOS, 2002), apenas aproximadamente 8% dos municípios no Brasil possuem o serviço de coleta seletiva em atividade. O estado do Rio de Janeiro tem um bom indicador, supera a média nacional com 15% dos municípios possuindo o serviço. Os resultados mais positivos foram encontrados nos municípios com mais de 200.000 habitantes, 50% deles oferecem o serviço (Figura 2).

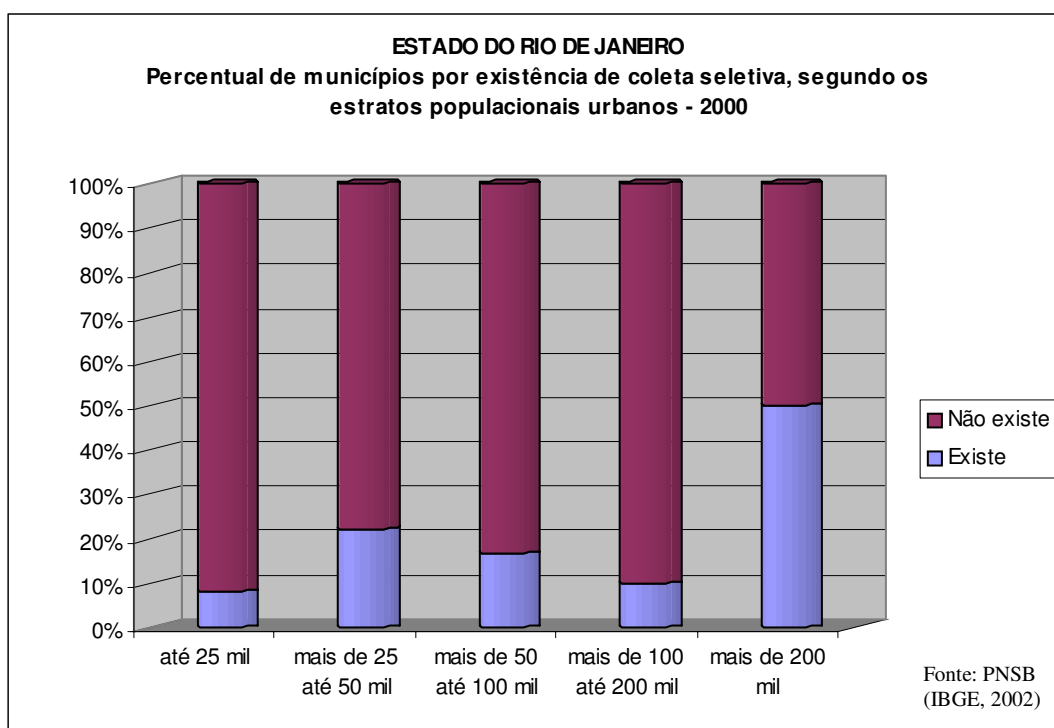


Figura 2: Percentual de municípios por existência de coleta seletiva segundo os estratos populacionais urbanos.

Apesar da necessidade de alternativas ao despejo do lixo no solo (seja em lixões ou em aterros), principalmente nos municípios mais populosos, não há

aumento do percentual de municípios que prestam o serviço de acordo com o aumento das faixas populacionais urbanas. Entre aqueles com população urbana com mais de 100.000 até 200.000 habitantes, verifica-se um percentual ínfimo dos municípios que oferecem o serviço. Também há uma situação visivelmente negativa nos municípios com até 25.000 habitantes.

Os municípios do estado que recolhem as maiores toneladas de lixo produzido através da coleta seletiva são Nova Iguaçu, 10,67 toneladas, Rio de Janeiro, 25,67 toneladas, e Tanguá, 16 toneladas<sup>8</sup>. O restante dos municípios com coleta seletiva recolhe de uma a três toneladas por dia pela coleta seletiva. Assim, existe a possibilidade do crescimento do serviço em todo o estado, porém, para que a coleta seletiva se torne viável é necessário o apoio e a participação da população, que são aqueles que realizam a triagem do material a ser coletado.

Investigamos, portanto, o grau de participação da população (declarado pela prefeitura), pois o engajamento na prática da triagem na origem da produção do lixo pela população é que viabiliza a realização da coleta seletiva pelo poder público. Podemos observar, pela figura 3, que é possível obter maior adesão da população para contribuir com o processo de reciclagem de materiais, já que em 50% dos municípios que possuem coleta seletiva foi declarada uma participação com resistência. Assim, há a necessidade de uma maior mobilização da população. A resistência à coleta seletiva também indica o descrédito em uma prática coletiva, tornando evidente a predominância de certo individualismo.

Outra variável relacionada ao comportamento da população diante do serviço de coleta seletiva é a da aceitação por parte da comunidade no momento de sua implantação para aqueles municípios que possuem o serviço em atividade. Em nenhum dos municípios com coleta seletiva houve má aceitação da população. Porém, há certa distância entre aceitar a prestação de um serviço e participar de um esforço coletivo para que esse serviço seja eficiente. Assim, a retórica da

---

<sup>8</sup> O dado de Tanguá parece apresentar problemas. Se compararmos as tabelas de destino do lixo (tonelagem por dia) (anexo 2) e quantidade do lixo recolhido pela coleta seletiva, percebemos que a mesma quantidade coletada e enviada para lixões – 16 toneladas – é também recolhida pela coleta seletiva.

preocupação com o meio ambiente parece não acompanhar ações efetivas, demonstrando certa inércia da população em participar de uma prática coletiva.

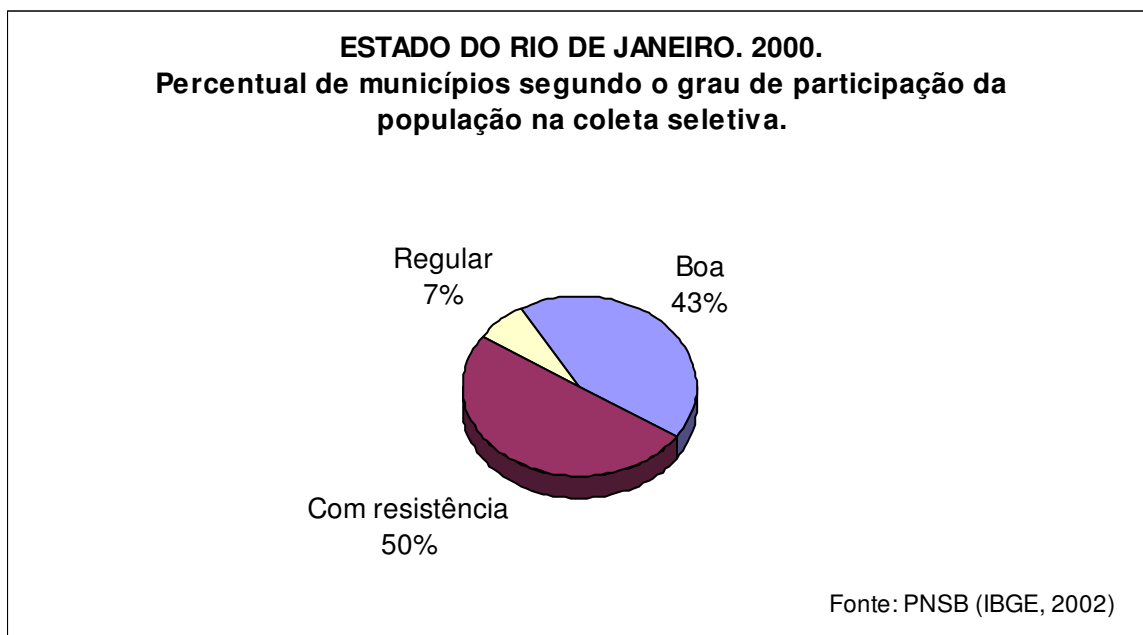


Figura 3: Percentual de municípios segundo o grau de participação da população na coleta seletiva.

Outra questão pode ser investigada: quais atores foram responsáveis pela iniciativa dos projetos de coleta seletiva nesses municípios? Levantamos essa questão buscando verificar se em uma sociedade supostamente consciente dos problemas ambientais há a proposição de soluções para a questão do lixo pelas próprias instituições da sociedade civil. A tabela 1 demonstra que dos 14 municípios fluminenses que possuem o serviço, em grande parte a iniciativa foi da própria prefeitura<sup>9</sup>. As demais iniciativas correspondem a associações e à iniciativa privada e, em um único caso (Nova Iguaçu), à Igreja. Ao atentarmos para os municípios com

<sup>9</sup> Um adendo deve ser feito quanto ao gráfico: a experiência pioneira no país do bairro de São Francisco no município de Niterói foi uma iniciativa conjunta da sociedade civil com a Universidade Federal Fluminense que ganhou a adesão da prefeitura. O pioneirismo dessa iniciativa foi fundamental para que a prática fosse paulatinamente disseminada por outros municípios do estado e por outros estados do país. Apesar disso, os dados da tabela indicam que a iniciativa foi da Prefeitura por estender o serviço a grande parte do município.

iniciativa da sociedade civil, percebemos que eles se distribuem por diferentes faixas populacionais. Tanguá e Paraty, por exemplo, são municípios pequenos, com menos de 25.000 habitantes. Já Nova Iguaçu é um dos maiores municípios do estado. Assim, não há uma correlação entre tamanho do município e ação da sociedade civil para a implantação da coleta seletiva. Mais uma vez notamos a inércia da sociedade e sua forte dependência das iniciativas do poder público, ou seja, há uma forte dependência junto à prefeitura, mesmo para propor o serviço.

Nos municípios que a coleta seletiva não existe ou não está em atividade, aproximadamente 43% deles estão elaborando o projeto de implantação do serviço. A maior parte desses projetos é também iniciativa das prefeituras (figura 4).

	Município	População urbana	Associações	Igreja	Iniciativa Privada	Prefeitura
1	Angra dos Reis	114300				
2	Areal	8954				
3	Bom Jardim	11317				
4	Campos dos Goytacazes	364177				
5	Maricá	63399				
6	Niterói	459451				
7	Nova Iguaçu	920599				
8	Paraíba do Sul	32688				
9	Parati	14066				
10	Rio Bonito	32450				
11	Rio de Janeiro	5857904				
12	Tanguá	22448				
13	Três Rios	67347				
14	Volta Redonda	241996				

Sim
  Não

Tabela 1: Iniciativa do projeto de coleta seletiva segundo os municípios com serviço ativo.

Há a crença compartilhada por alguns autores de que no Brasil existe uma retórica ambientalista disseminada pela sociedade. Lima & Rua (2003: 68), por exemplo, questionam por que a consciência ambiental da sociedade não é acompanhada por práticas ecologicamente corretas.

“Haveria entre os brasileiros uma razoável e horizontal e disseminada consciência ambiental (que por várias vezes foi traduzida em demandas por melhores condições de vida em harmonia com a natureza), mas uma prática, no mínimo, a meio caminho do tão propalado *agir ecologicamente correto*<sup>10</sup>”.

Ou seja, haveria um esmaecimento entre o discurso e as práticas, um descompasso entre o que se professa e o que se pratica.

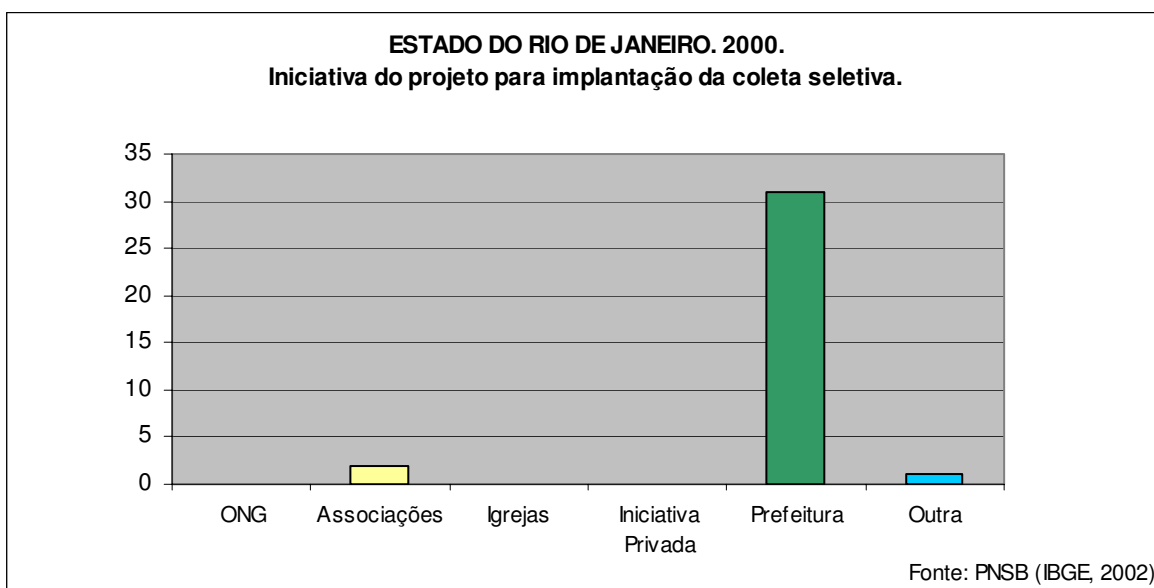


Figura 4: Iniciativa do projeto para implantação da coleta seletiva.

Os resultados demonstrados durante o trabalho indicam que não existem as práticas ou ações, como a maior mobilização da sociedade civil para requerer serviços ecologicamente corretos (como a iniciativa de projetos para coleta seletiva), porque não existe uma consciência ambiental disseminada. Os resultados apontam que a sociedade ainda não está mobilizada. No caso do lixo, isto é ainda mais evidente: a prefeitura é a grande responsável pela concepção de projetos de coleta

<sup>10</sup> Grifo do autor.



seletiva. Até a participação na separação do lixo antes do recolhimento não engloba a maior parte da população.

A passividade do indivíduo também revela a dependência da sociedade de uma instituição que possa dar garantias da eficácia de um serviço ou de um “esforço coletivo”. Neste caso, o município. E também revela que, com relação ao lixo, a cidadania ainda é aquela do contrato no qual se estabelece o direito do indivíduo frente ao poder público. A proposta dos ambientalistas, ao contrário, coloca-se no campo do dever, uma vez que a cidadania ambiental tem como pressuposto a co-responsabilidade. Neste sentido, os resultados apontaram que este pressuposto ainda está longe.

## **CONCLUSÕES**

Ao adotarmos como eixo teórico norteador do trabalho a reflexão sobre a cidadania, percebemos que a questão do lixo perpassa tanto os direitos do cidadão a um ambiente salubre e seguro que deve ser garantido pelo Estado, quanto pelos deveres do indivíduo em colaborar e/ou agir em prol desse ambiente salubre. O lixo é um elemento significativo no debate sobre a mudança de uma concepção de cidadania, que enfatiza os direitos e deveres individuais, a cidadania moderna, em direção a uma cidadania ambiental, que reafirma os deveres do cidadão diante da coletividade. Enquanto a primeira, a moderna, marca a emancipação e a autonomia do indivíduo frente aos grupos sociais, baseada na afirmação dos direitos e deveres do indivíduo, a segunda indica o reforço do coletivo, da coesão social, submetendo o indivíduo às necessidades e imposições do coletivo.

A análise dos dados correspondeu à investigação da dimensão dos deveres do cidadão com relação à questão do lixo. Foi considerado, portanto, o apoio da sociedade à alternativa que representa a coleta seletiva para o reaproveitamento do pseudo-lixo. A cidadania ambiental tem como um dos princípios centrais o ideal da co-responsabilidade, de pensar o indivíduo como peça integrante e fundamental do desenvolvimento da sociedade e que este tenha deveres para com o todo social. Nesse pensamento, que deriva do ecologismo, as ações individuais têm conseqüências para a sociedade, ou seja, é aceito que ações em escalas menores

têm conseqüência direta sobre o que acontece nas escalas maiores. O lixo é um elemento crucial para o desenvolvimento dessa percepção, já que, o lixo doméstico é produzido individualmente e o padrão de consumo de cada indivíduo vai importar para os resultados que implicam a questão do lixo nos centros urbanos. Assim, o apoio à coleta seletiva também tem uma conseqüência direta em escalas maiores, que é a viabilização econômica do processo de reciclagem. Apesar da importância da coleta seletiva como esforço coletivo e alternativa para a redução da massa dos resíduos, para a resolução do problema da escassez dos espaços propícios para a sua disposição e para a geração de renda é um percentual muito reduzido dos municípios fluminenses que oferece o serviço. O papel de uma sociedade ativa, que tivesse incorporado os pressupostos do ecologismo e da cidadania ambiental seria o de reivindicar e participar da elaboração de projetos como o de coleta seletiva. Mas, os resultados indicam uma grande passividade da população na proposição desses projetos e indicam também que a sociedade civil ainda depende muito da iniciativa das prefeituras. Tanto os municípios com o serviço quanto os municípios sem o serviço têm como principal ator para a proposição da coleta seletiva as prefeituras. E mesmo, a participação da população para a coleta seletiva já implementada é realizada com resistência em 50% dos municípios.

Indubitavelmente, a mudança da concepção do lixo, de sua aceitação como um problema social que diz respeito não apenas aos direitos, mas aos deveres dos indivíduos frente à sociedade é um processo que vai se desenvolvendo gradualmente. Ainda assim, assistimos a progressões na gestão e no enfrentamento do problema do lixo no estado do Rio de Janeiro. Contudo, reconhecemos que há um caminho muito longo a ser percorrido para a incorporação dos pressupostos de co-responsabilidade, para garantir os direitos ambientais e para a efetivação de uma cidadania baseada no primado do coletivo, que garanta os direitos, mas também enfatize a dimensão do dever.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

BERRÍOS, M. R. O lixo nosso de cada dia. **Manejo de resíduos: pressuposto para a gestão ambiental.** J. O. Campos, R. Braga, P. F. Carvalho (orgs.). 1.ed. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal – DEPLAN – IGCE UNESP, pp. 9 – 39, 2002.

BRETEL-DELEUZE, S. De la décharge au tri à la source: évolution de la gestion des déchets municipaux. **De la décharge à la déchetterie. Question de géographie des déchets.** J. Bertrand (org.). Rennes: Presses Universitaires de Rennes, Collection “Géographie Sociale”, pp. 59 – 87, 2003.

DEAN, Hartley. Green Citizenship. **Social Policy & Administration**, vol.35, n. 5, pp. 490 – 505, 2001.

EIGENHEER, Emílio Maciel. **Lixo, vanitas e morte.** Niterói: EdUFF, 2003, 196 p.

GOUHIER, Jean. De la décharge au territoire de qualité: évolution de la place des déchets dans la société. **De la décharge à la déchetterie. Question de géographie des déchets.** J. Bertrand (org.). Rennes: Presses Universitaires de Rennes, Collection “Géographie Sociale”, pp. 17 – 57, 2003.

IBGE. **Censo Demográfico 2000.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE, 2001.

\_\_\_\_\_ (2002). **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico: 2000** / IBGE; Departamento de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 431 p.

LIMA, Ricardo Barbosa & RUA, Maria das Graças. **Cotidiano, Racionalidade e Sereias: o “dilema do prisioneiro” como metáfora da questão ambiental,** in: Revista Sociedade e Estado. Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sociedade. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 67-88, jan./dez. 2003.

OGATA, Maria Gravina. **Os resíduos sólidos na organização do espaço e na qualidade do ambiente urbano: uma contribuição geográfica ao estudo do problema na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983, 188 p.

RIBEIRO, Wagner da Costa. Em busca da qualidade de vida. **História da Cidadania**. J. Pinsky, C. B. Pinsky (orgs.). 1.ed. São Paulo: Contexto, pp. 399 – 417, 2003.

SCHNAPPER, D. **Qu'est-ce que la citoyenneté?** 1.ed. Paris: Éditions Gallimard, Collection Folio/Actuel, 2000, 320 p.

SILVA-SÁNCHEZ, Solange S. **Cidadania Ambiental: novos direitos no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2000, 203 p.

THUSWOHL, Maurício. Crise dos aterros sanitários no RJ continua. **ENVOLVERDE: Revista Digital de Ambiente, Educação e Cidadania**. Site: <http://www.envolverde.com.br/materia.php?cod=20633&edt=30>, 04/08/2006 – 12h08.

WALDMAN, Maurício. Natureza e sociedade como espaço de cidadania. **História da Cidadania**. J. Pinsky, C. B. Pinsky (orgs.). 1.ed. São Paulo: Contexto, pp. 545 – 561, 2003.